



FILIADO À **FASUBRA**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

**GESTÃO**  
**2022 - 2025**  
**15/10/2024**  
**36/2024**

# HOJE (15) E AMANHÃ (16) VAMOS PARAR TUDO NA UNICAMP!

## *Saldo da Gestão Tom Zé: Unicamp é a prima pobre das universidades estaduais paulistas*

Hoje e amanhã é dia de Paralisação. Venha para frente da reitoria, a partir das 9h, porque vai rolar uma concentração com café da manhã.

Traga instrumentos musicais, vuvuzelas e tudo de barulhento que tiver na sua casa ou na sala de trabalho para fazer muito barulho na porta da reitoria. Vamos tirar a paz do Tom Zé!

***Essa atividade faz parte da nossa Jornada de Luta pela isonomia e valorização***, que termina dia 25/10, quando acontece a primeira reunião de negociação com a reitoria e ADunicamp, finalmente!

Após anos de promessas vazias e desrespeito com os/as trabalhadores/as, não podemos mais esperar por avanços que nunca chegam. Chegou o momento de endurecer o movimento!

A isonomia com a USP e Unesp, uma reivindicação histórica nossa, segue sendo deixada de lado pelos reitores da Unicamp.

E Tom Zé é o pior reitor que já passou pela universidade, insistindo em desvalorizar os/as funcionários/as, mesmo com R\$ 1,6 bilhão em caixa, além da previsão de entrar mais dinheiro no próximo ano.

Nossos/as colegas da USP e Unesp conseguiram avançar somente após greves duríssimas. A USP já pagou abono de R\$ 10 mil no ano passado e agora mais R\$ 9 mil, além das quatro referências conquistadas pelos/as trabalhadores/as da Unesp, de 2023 pra cá.

Sem contar ainda, um monte de benefícios que os/as companheiros/as dessas universidades já conquistaram.

E aqui na Unicamp, o que recebemos? Nada! Recebemos sim, PORTA NA CARA!

Enquanto isso, seguimos enfrentando arrocho salarial, inflação e bolsos vazios.

O reajuste de deste ano foi insuficiente, e estamos longe de receber qualquer tipo de abono ou valorização, como aconteceu nas outras universidades.

Tom Zé segue sentado em cima da nossa Pauta de Reivindicações 2024, ignorando nossas demandas, mesmo com o caixa abarrotado de dinheiro.

Mas agora é a hora de virar o jogo!

O reitor, vendo nosso movimento crescer, finalmente se mexeu e chamou o STU e a ADunicamp para uma negociação.

Isso não é coincidência! Foi só quando decidimos endurecer que ele percebeu que não estamos brincando.

Tarde demais! Agora ele vai sentir o peso da nossa indignação! Vamos parar tudo!

### ***Borá, crescer ainda mais a mobilização***

Nossa Jornada de Luta vai até 25/10, data da reunião de negociação com a reitoria e ADunicamp. Até lá, precisamos mobilizar o maior número de colegas para que no dia 25 cheguemos com um movimento forte e unido.

É crucial cruzar os braços e correr as unidades conversando com os/as colegas para convencer aqueles/as que ainda acham que o reitor está fazendo o possível ou que foi "bonzinho" em conceder os míseros 5% de reajuste, que mal serviram para colocar os boletos em dia.

Nosso endividamento está crescendo, e quem está lucrando com isso são os bancos, parceiros da reitoria, além do próprio reitor que faz caixa às nossas custas.

As paralisações hoje e amanhã serão decisivas para mostrar que não aceitamos mais ser a "prima pobre" do estado. Dinheiro tem, o que falta é vontade política de valorizar cada um/a de nós!

Se você está com medo ou preguiça de parar, basta lembrar da sua sobrecarga de trabalho, os assédios, a terceirização e as péssimas condições de trabalho. Tudo resultado direto da gestão desastrosa deste reitor.

Por isso, não podemos esmorecer. Agora é o momento de irmos para cima da reitoria garantir nossos direitos!

## **PROGRAMAÇÃO DA JORNADA DE LUTA**

### **15/10 (HOJE) | PARALISAÇÃO**

9h: **Café da manhã da Paralisação com Ato (em frente à reitoria)**

14h: Debate com os/as companheiros/as do Sintunesp e Sintusp sobre as greves e pauta interna

### **16/10 (quarta-feira) | PARALISAÇÃO**

**Paralisação + Roda de Conversa com os Reitoráveis (na sede do STU)**

9h: Profª. Dra. Maria Luiza Moretti e Vice Profª. Dra. Leila da Costa Ferreira

14h: Prof. Dr. José Antonio Rocha Gontijo e Vice Profª. Dra. Marisa Masumi Beppu

16h30: Prof. Dr. Paulo Cesar Montagner e Vice Prof. Dr. Fernando Antonio Santos Coelho

### **17/10 (quinta-feira)**

12h : **Assembleia Geral (Praça da Paz)**

# Vamos à luta exigir isonomia e valorização! Basta de Arrocho!

Terça-feira passada (8) o Fórum das Seis cobrou do Cruesp (Conselho de Reitores) o agendamento urgente de uma reunião técnica para discutir a Lei Orçamentária de 2025 e seus impactos nas universidades estaduais paulistas, além da arrecadação do ICMS deste ano.

Na nossa data-base os reitores se comprometeram a manter o diálogo sobre a nossa Pauta Conjunta com foco nos números da arrecadação. Com o crescimento da arrecadação estadual, é fundamental reabrir as discussões sobre nossa base de dados e avançar nas negociações salariais.

Além disso, o Fórum solicitou a retomada do Grupo de Trabalho de Previdência, conforme acordado em maio/2024.

A arrecadação está crescendo, mas os reitores estão fugindo da negociação. E aqui na Unicamp, o reitor Tom Zé se recusa a abrir negociação e segue ignorando nossas pautas, mesmo com sobra orçamentária que ultrapassa R\$1,6 bilhão.

## ICMS de 2025 vai crescer, diz governador

O governador Tarcísio de Freitas encaminhou para a Assembleia Legislativa o orçamento de 2025, com uma previsão de arrecadação do ICMS (o imposto que o Estado cobra sobre vendas e serviços) de R\$ 181,9 bilhões.

Esse valor é 17,53% maior do que o previsto para 2024, que foi de R\$ 154 bilhões. Para dar uma ideia, essa diferença de cerca de R\$ 27,9 bilhões é mais ou menos o que se gastaria para construir uns 18 estádios de futebol grandes.

Com isso, a Unicamp deve receber aproximadamente R\$ 612 milhões a mais em 2025 do que o previsto em 2024. Com esse dinheiro extra, seria possível:

- Pagar um abono de R\$ 10 mil, para professores/as e funcionários/as técnicos/as;
- Cobrir o Auxílio Saúde para professores/as e funcionários/as técnicos/as;

- Equiparar os salários com a USP;
- Atender a pauta do Fórum das Seis de reajuste em 12,65%, e correção dos vales alimentação e refeição.

A grande questão é que esses reajustes já poderiam ser dados agora. E com a nova Lei

Orçamentária, a situação da Unicamp ficará ainda melhor. Mas, para avançarmos de verdade, não podemos depender só da boa vontade do reitor em valorizar os nossos salários. Precisamos também nos mobilizar para garantir nossos direitos: PARALISAÇÃO JÁ!

## Tom Zé, cadê a isonomia prometida pela sua plataforma de gestão?

| UNIVERSIDADE     | USP                         | UNESP   | UNICAMP                   |
|------------------|-----------------------------|---|---------------------------|
| VALE ALIMENTAÇÃO | R\$ 1.290,00                | R\$ 1.502,00  | R\$ 1.420,00              |
| VALE REFEIÇÃO    | R\$ 45/dia - desconto de 1% | Pago a partir de Jan/25                               | R\$ 40/dia desconto de 5% |
| PISO FUNDAMENTAL | R\$ 3.144,77                | R\$ 3.162,11  | R\$ 3.162,30              |
| PISO MÉDIO       | R\$ 5.712,95                | R\$ 4.671,89  | R\$ 4.672,01              |
| PISO SUPERIOR    | R\$ 10.742,95               | R\$ 9.250,02  | R\$ 8.809,68              |
| AUXÍLIO SAÚDE    | R\$ 207,18 A R\$ 1241,18    | Adesão a qualquer plano com desconto de 8% no salário | Lutando para conquistar   |
| REFERÊNCIA       | NÃO POSSUI                  | 2 em 2023<br>1 em Ago/24                              | Não possui                |

## JORNADA DE LUTA

### Agenda da semana tem debate com companheiros/as do Sintusp e Sintunesp, roda de conversa com reitoráveis e assembleia

Nesta terça e quarta a agenda da nossa Paralisação está repleta de ações para ampliar a nossa mobilização.

Hoje (15), vamos nos concentrar às 9h, em frente à reitoria para dar início à nossa Paralisação com Ato.

À tarde, 14h, tem um debate com os/as companheiros/as do Sintusp e Sintunesp para falar sobre o processo de mobilização deles, responsável pelo avanço na pauta interna.

Amanhã (16) vamos receber, na sede do STU, os/as pré-candidatos/as à reitoria da Unicamp, Profª. Dra. Maria Luiza Moretti, Prof. Dr. José Antonio Rocha Gontijo e Prof. Dr. Paulo Cesar Montagner, para uma roda de conversa sobre a plataforma de campanha deles/as.

A eleição para a reitoria é só em 2025, mas é bom já saber o que eles/as pensam desde já sobre a pauta da categoria.

Ena quinta-feira (17), de manhã, tem reunião de diretoria e assembleia, às 12h, na Praça da Paz, para organizar as próximas ações do nosso movimento.

Agora é com a gente!

Vamos parar a Unicamp e lutar pela isonomia e valorização que merecemos!

## Projeção da LOA para 2025 sinaliza situação econômica favorável, mas ataques de Tarcísio à educação exigem alerta e mobilização. Fórum cobra reunião técnica

O Fórum das Seis enviou novo ofício ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) em 8/10, solicitando agendamento de reunião técnica o mais breve possível. O ‘fato novo’ – mais um – é o conteúdo do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa na noite de 30/9. É na LOA que o Executivo apresenta a previsão geral da arrecadação de tributos para o próximo ano e os valores destacados para todos os setores do serviço público, entre eles as universidades estaduais paulistas.

Como se sabe, Unesp, Unicamp e USP deveriam receber 9,57% do total da quota-parte do estado na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No projeto de lei (PL) 712/2024, que contém a proposta de LOA, a Secretaria da Fazenda do estado projeta R\$ 181,886 bilhões para o ICMS-QPE em 2025, descontados os valores do programa habitacional (veja quadro abaixo). Mesmo com o desconto, esse montante é 17,5%

maior que a estimativa inicial da Fazenda para 2024 (R\$ 154,5 bilhões) e cerca de 10,5% superior ao valor final previsto para este ano após revisão (R\$ 164,5 bilhões).

Reunidas em 4/10 para uma avaliação inicial da LOA 2025, as entidades que compõem o Fórum não têm dúvidas de que a arrecadação apontada para 2025 estabelece um cenário favorável às universidades. Diferentemente do que vêm alegando os reitores para negar a reabertura das negociações neste segundo semestre, de que não haveria ‘fato novo’ que a justificasse, os dados de arrecadação mostram o oposto. Temos uma sequência de ‘fatos novos’ nos últimos meses, desde o aumento nas previsões do ICMS-QPE para este ano até os números que aparecem na LOA 2025.

É importante lembrar que os reitores previam fechar o ano em R\$ 157 bi quando concederam reajuste de 5% na data-base 2024, na única negociação, realizada em 16/5. Demandas importantes da comunidade, como o avanço na reposição das perdas para voltarmos ao poder aquisitivo

de maio/2012 – ainda faltam 12,65% para isso –, a permanência estudantil, as condições de trabalho e estudo, entre outras, ainda precisam ser discutidas.

O mínimo que se espera agora é o agendamento urgente de mais uma reunião técnica. Como aponta o ofício do Fórum, “considerando o compromisso anterior assumido pelo Cruesp, de realização mensal de reuniões técnicas, aguardamos retorno favorável à nossa solicitação, como mostra de efetiva disposição ao diálogo democrático entre as partes”.

### O que indica a LOA 2025?

A previsão de R\$ 181,886 bi para o ICMS-QPE em 2025 supera todas as expectativas. Além de confirmar uma evolução positiva da economia, que se reflete na arrecadação de impostos, o fato também parece ter relação direta com a reforma tributária em curso. Ocorre que, com a progressiva extinção do ICMS, os entes federativos deverão ser ressarcidos a partir de uma média dos anos posteriores. Ou seja, manter a arrecadação em alta de agora em diante deve garantir repasses maiores para São Paulo nos próximos anos.

Outro fator importante a ser destacado no projeto de LOA 2025 é que não se concretizou – ao menos por enquanto – uma ameaça que pairava no ar, de que o governo tentasse inserir dentro dos 9,57% das universidades os orçamentos de duas faculdades de medicina ligadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (a Famema e a Famerp, respectivamente de Marília e de São José do Rio Preto), que somam cerca de R\$ 200 milhões anuais. A análise do Fórum das Seis é que o governo pode ter descartado a medida agora por temer uma reação mais incisiva da comunidade das três universidades, o que levaria a um desgaste indesejado em tempos de eleições municipais, nas quais Tarcísio de Freitas tem interesse direto.

Também é preciso estarmos atentos para essa fase de tramitação da LOA, pois ainda é possível que surjam propostas de emendas prejudiciais às universidades e ao conjunto da educação pública.

| ANEXO XII<br>DEMONSTRATIVO DOS REPASSES ÀS UNIVERSIDADES          |                        |
|---|------------------------|
| DISCRIMINAÇÃO   | TOTAL                  |
| A - ICMS Quota Parte Estado - QPE                                 | 183.341.007,086        |
| <b>11145011 - ICMS - PRINCIPAL</b>                                | <b>180.000.000,000</b> |
| 150010001 - TESOURO-GERAL   | 144.000.000,000        |
| 154010001 - FUNDO DESENV. EDUCACAO BASICA-FUNDEB                  | 36.000.000,000         |
| <b>11145013 - ICMS - DIVIDA ATIVA</b>                             | <b>3.341.007,086</b>   |
| 150010001 - TESOURO-GERAL   | 2.702.276,172          |
| 154010001 - FUNDO DESENV. EDUCACAO BASICA-FUNDEB                  | 638.730,914            |
| B - Programa Habitacional   | 1.455.000,000          |
| C - Desoneração   | 10                     |
| <b>17180611 - TRANSF. FINANCEIRA ICMS - DESONERAÇÃO-PRINCIPAL</b> | <b>10</b>              |
| <b>D - Base de Cálculo (A - B + C)</b>                            | <b>181.886.007,096</b> |
| <b>E - Total (D x 9,57%)</b>                                      | <b>17.406.490,879</b>  |
| Universidade de São Paulo - USP                                   | 8.158.969,849          |
| Universidade Est. Paul. Júlio Mesquita Filho - UNESP              | 3.034.098,374          |
| Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP                       | 3.185.540,756          |
| São Paulo Previdência - SPPREV                                    | 3.027.881,899          |
| 6503 - GESTÃO DOS BENEFÍCIOS CIVIS - UNICAMP                      | 808.378,576            |
| 6504 - GESTÃO DOS BENEFÍCIOS CIVIS - UNESP                        | 1.230.491,891          |
| 6505 - GESTÃO DOS BENEFÍCIOS CIVIS - USP                          | 989.011,432            |

Valor previsto na LOA 2025, sobre o qual incidem os 9,57%

## Bolsonarismo com 'harmonização facial'

Se o projeto de LOA 2025 parece “tranquilo”, seria um sinal para a comunidade das estaduais paulistas relaxar? A conjuntura diz que não!

Menos pirotécnico que o ex-presidente da República, que brindava diariamente o país com frases e feitos machistas, misóginos, racistas e preconceitos de todo tipo, enquanto encaminhava as pautas econômicas conservadoras e desastrosas sob a batuta do ministro Paulo Guedes, como a reforma de Previdência em 2019, além da condução criminosa da pandemia de Covid-19, o governo Tarcísio de Freitas tem buscado evitar grandes polêmicas no campo da ideologia e dos costumes, embora se classifique como “bolsonarista raiz e fiel”.

Para impressionar a base “bolsonarista”, o governador tenta emplacar uma ou outra medida mais chamativa, como as escolas cívico-militares (medida suspensa por decisão judicial). Já as pautas econômicas e sociais vêm sendo encaminhadas com maior rapidez e consistência. É o caso das privatizações (a Sabesp foi a primeira); das terceirizações (a gestão de escolas estaduais, já autorizada pela Assembleia Legislativa, é o próximo alvo); da aprovação, no bojo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, da possibilidade de corte de 30% dos recursos destinados à Fapesp; da asfixia orçamentária e da falta de contratações nos institutos públicos de pesquisa do estado; da reforma administrativa, que visa reduzir direitos do funcionalismo paulista, entre outras.

## Por onde o governo Tarcísio pode atacar as universidades?

A criatividade dos setores políticos hegemônicos no estado de São Paulo – que passeiam entre a direita tradicional e a extrema direita – não tem limites quando o assunto é atacar os serviços públicos e privilegiar a iniciativa privada. Um exemplo é o projeto de lei 672/2024, de autoria do deputado Leonardo Siqueira (Novo), que deu entrada na Alesp em 16/9/2024, propondo a cobrança de mensalidades nas universidades estaduais paulistas. Mas não é só. O Fórum das Seis



chama a atenção para duas questões:

**Corte de recursos para a educação pública paulista:** A grande investida do governo Tarcísio contra a educação pública, ao que tudo indica, é a proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023, enviada à Alesp no final de 2023, já aprovada em todas as comissões e pronta para votação em plenário. Ela prevê a redução dos investimentos em educação pública dos atuais 30% para 25% das receitas do estado.

As informações que circulam nos bastidores da Alesp é que o governador aguarda o desfecho das eleições municipais para centrar fogo na aprovação da PEC 9 ainda em 2024, que significará uma redução de cerca de R\$ 10 bilhões anuais do setor, em valores atuais, corte que afetaria desde a rede estadual, passando pelas ETECs e FATECs do Centro Paula Souza, e também as universidades estaduais. Neste cenário, é possível que o governador prefira evitar brigas com as universidades agora, aguardando a aprovação da PEC 9 para investir contra elas.

Impedir a aprovação da PEC 9 é tarefa central do conjunto do funcionalismo público, em especial das categorias diretamente vinculadas à educação. Estejamos atentos para a mobilização!

**Reforma tributária e financiamento:** Com o advento da reforma tributária, aprovada no Congresso Nacional em dezembro passado (EC 132/2023), o formato atual

de financiamento para Unesp, Unicamp e USP (9,57% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS) terá que mudar. O ICMS será extinto e, em seu lugar, será criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse novo imposto começará a vigorar progressivamente a partir de 2026, até substituir plenamente o ICMS.

O percentual do ICMS-QPE não consta na Constituição Estadual, mas está previsto no Decreto nº 29.598/1989, que estabeleceu a autonomia das três universidades no início de 1989. Na época, o índice era de 8,4% e foi subindo nos anos seguintes, por conta das mobilizações da comunidade acadêmica, até chegar ao percentual atual de 9,57%, ainda insuficiente dado o crescimento das universidades estaduais desde o início dos anos 2000.

Com o fim do ICMS, é com o governo Tarcísio que deverá ser negociada a definição de um novo parâmetro de financiamento para as universidades estaduais paulistas. A comunidade acadêmica deve se preparar para defender a autonomia e o financiamento adequado para as estaduais paulistas.



Sobre **reforma tributária e financiamento**, assista ao último debate promovido pelo Fórum das Seis, em 19/9/2024, no link <https://bit.ly/f6deb190924>. A cobertura está no Boletim do Fórum de 25/9/2024 (clique em <https://bit.ly/bolff620240925> para conferir).

Acesse este boletim online aqui

